



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PGEA nº 20.02.2100.0000481/2025-45

1 – INTRODUÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. O presente estudo tem por objetivo apresentar as razões e o embasamento para a contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet e tecnologia de pagamento por meio eletrônico, de gestão de frota para fornecimento de combustíveis e manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo fornecimento de peças, acessórios, equipamentos, lavagem e transporte por guincho, junto à rede especializada de serviços (própria ou credenciada), em todo o território nacional, para atender a Procuradoria Regional do Trabalho (PRT21ª), e PTM's nas cidades de Caicó/RN e Mossoró/RN.

1.2. Ressalta-se que a PRT21ª não dispõe, em seus quadros e/ou estrutura, de servidores especializados em mecânica, tampouco de instalações, equipamentos e ferramental necessário para a manutenção e reparos ou postos de abastecimentos dos veículos de sua frota para manter em operação os veículos necessários para sua atuação no âmbito de sua competência. A frota das unidades da PRT21ª é composta por automóveis de diversas marcas e modelos, sendo que o relatório completo deverá estar descrito em termo de referência e/ou edital, para conhecimento das participantes.

1.3. Os serviços básicos da contratação são os seguintes:

- a) abastecimento da frota (inclusive com o fornecimento de ARLA32 – Agente Redutor Líquido Automotivo);
- b) manutenção preventiva, incluindo mão de obra, de acordo com as recomendações de cada fabricante;
- c) manutenção corretiva com substituição de peças de toda a frota de veículos, como também troca de óleo de motor e complementação de óleos lubrificantes, incluindo mão de obra, de acordo com as recomendações de cada fabricante;
- d) borracharias;
- e) lavagem e lubrificação; e
- f) guincho para atender os veículos.

1.3.1. Considerando-se as questões formais quanto à capilaridade da atuação da PRT21ª em todo o território nacional, bem como a ausência de estrutura interna nas unidades para realizar manutenção de veículos e congêneres, é imprescindível a contratação de empresa especializada em gerenciamento de frota para o abastecimento e prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva dos seus veículos, que atuará como solução para consecução indireta das atividades da PRT21ª, considerando que a frota necessita ser mantida onde quer que se encontre, nos mais diferentes pontos do país. A cobertura dos serviços deve abranger todo o território nacional, com prioridade nas localidades em que haja representação da PRT21ª.

1.3.2. Importante ainda salientar que a presente contratação visa contemplar todos os materiais e serviços que envolvem manter cada veículo disponível, desde a chave de ignição, o pneu, a sinalização de emergência, o combustível, o agente redutor líquido automotivo, que fazem parte do conjunto de fatores que contribuem para que o veículo esteja em perfeito funcionamento. Assim, propõe-se que sejam padronizados os serviços de abastecimento e de manutenção em geral através de rede especializada de prestadores de serviços, postos, oficinas, em caráter contínuo e ininterrupto, dos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 61/2025 DR/PRT21, de 29 de maio de 2025.

veículos pertencentes às unidades da PRT21ª como a solução de maior vantajosidade. A experiência do uso de sistema de cartão eletrônico microprocessado e sistema online tem por proposta a garantia de melhor gestão orçamentária, emissão de relatórios gerenciais e de controle diário por veículos, agilidade nas informações e assistência 24 horas, por dispor de uma vasta rede credenciada.

1.3.3. Com a contratação, busca-se o planejamento de ações como forma de tornar eficaz o atendimento de demandas, colocando em disponibilidade a frota da instituição, considerando não ser prudente esperar surgir a demanda de uma peça ou serviço para que seja iniciada a contratação. Desta forma, propõe-se uma ferramenta de planejamento e prevenção frente às demandas do Órgão, cumprindo os fins institucionais.

1.3.4. Tal modalidade de contratação é uma tendência de crescente utilização, tanto na iniciativa privada como em órgãos públicos, consequência das inúmeras vantagens que oferece, tais como:

- a) Redução de despesas com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes;
- b) Redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, controles gerais, espaço físico, pessoal);
- c) Flexibilidade do sistema de manutenção por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados;
- d) Agilidade nos procedimentos;
- e) Evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;
- f) Obtenção de informações sobre os serviços de manutenção em tempo hábil para tomada de decisões corretivas;
- g) Flexibilidade proporcionada por um sistema de serviços de abastecimento, manutenção, socorro e limpeza que estejam acessíveis por uma grande rede, distribuída em todo o território nacional.

1.4. A escolha por este modelo de serviço se contrapõe à um período em que eram realizados vários processos licitatórios de serviços de abastecimento e de mecânica, de peças automotivas, pneus, óleos e produtos de limpeza automotiva, sendo procedimentos morosos e às vezes tornavam indisponíveis veículos da instituição para atendimento das demandas dos Órgãos, ocupando mão de obra especializada de servidores que poderiam ser direcionadas para outras ações;

1.5. Com a realização de processos licitatórios de serviços de abastecimento e de mecânica separadamente, são realizados gastos elevados por dispêndios de recursos humanos e financeiros que poderiam ser otimizados, se utilizados de forma mais eficiente, como a que se propõe com esta contratação;

1.6. Há também, peças e materiais que podem ser adquiridos de forma mais eficiente, diferente do que acontece com o sistema por licitações fragmentadas;

1.7. Por fim, para o objeto desta contratação, observam-se problemas quando há processos licitatórios separados, ou seja, por serviço ou material, pois muitas empresas não se interessam em participar nas licitações devido a dificuldades para atendimento da legislação aplicada, ocasionando às vezes a indisponibilidade do serviço e a falta de peças;

1.8. Com a pretensa contratação tem-se eficiência na utilização dos recursos públicos, dado que a proposição exige que a vencedora disponha de uma vasta rede de atendimento, fator que contribui para que, por exemplo, um simples problema em uma viagem institucional possa ser sanado através do cartão, sem que haja gastos desnecessários com reboque, além do atraso na própria viagem, o que ocasiona frustrações para os usuários e o retardo ou o não cumprimento da missão institucional.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 61/2025 DR/PRT21, de 29 de maio de 2025.

1.9. A solução permite um melhor controle dos gastos, através dos relatórios que empresa disponibilizados pelos sistemas, que permitem acompanhar o histórico de cada veículo, individualmente.

1.10. Conforme demonstrado, com a contratação proposta há agilidade na manutenção dos veículos, assim como celeridade na solução de possíveis imprevistos, redução de estoques de peças e materiais, realização de compras parceladas atendendo apenas as demandas apresentadas, desta forma tornando-se eficiente a gestão da frota da instituição.

1.11. Portanto, justifica-se a contratação do serviço de Gerenciamento de Frota por esta guardar correlação com o princípio da eficiência, facilitando o controle das atividades ligadas ao setor de transporte e, em consequência, otimizando a execução das atividades do órgão em seus mais variados aspectos, quais sejam: redução de custos, melhor gestão orçamentária, eliminação de burocracia, eliminação do desperdício de tempo no controle efetivo da frota, redução do volume de trabalho e de processos de suprimento de fundos para atender a demanda de serviços.

1.12. Ademais, esta contratação promove a otimização, padronização e racionalização na manutenção da frota de veículos dos Órgãos, com sensível economia, melhoria da qualidade de conservação dos veículos com significativa redução de manutenções corretivas, além de proporcionar um melhor controle pelo setor responsável dos Órgãos.

2 – PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

2.1. A presente demanda está prevista no Plano anual de Aquisições e Contratações – PAAC da PRT21^a para 2025, contemplando o "Serviço de manutenção preventiva e corretiva em veículos oficiais através de contrato de gerenciamento de frota", de forma a adequar os devidos centros de custos e otimização da frota existente.

2.2. A contratação está alinhada com o OE1- Promover a inclusão e a igualdade no trabalho, bem como combater o trabalho escravo e o trabalho infantil e OE2- Garantir a saúde e a segurança no ambiente de trabalho.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Empresa contratada deverá comprovar experiência no serviço de administração automatizada de frota de veículos, conforme relação constante do ANEXO – I deste Instrumento, contemplando o abastecimento da frota (inclusive com o fornecimento de ARLA32 – Agente Redutor Líquido Automotivo); manutenção preventiva, incluindo mão de obra, de acordo com as recomendações de cada fabricante; manutenção corretiva com substituição de peças de toda a frota de veículos, como também troca de óleo de motor e complementação de óleos lubrificantes, incluindo mão de obra, de acordo com as recomendações de cada fabricante; serviço de borracharia, lavagem, lubrificação e guinchos para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Trabalho e das unidades participantes do certame.

3.2. O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado pela CONTRATADA deverá constituir-se de um sistema informatizado via internet – WEB de gestão integrado que monitore o abastecimento de combustíveis, de lavagens, manutenções preventivas, corretivas e de garantia dos veículos, com o fornecimento individualizado dos respectivos cartões magnéticos de monitoramento de frota, sendo que cada condutor deverá ter sua identificação validada durante a execução de qualquer operação realizada na rede de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade da CONTRATADA solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança no caso de eventuais utilizações não autorizadas.

3.3. Faz-se necessário que, no máximo, 30 (trinta dias) após a data da assinatura do contrato, a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 61/2025 DR/PRT21, de 29 de maio de 2025.

CONTRATADA comprove o credenciamento de postos e oficinas nas localidades em que os participantes possuam unidades, no mínimo, na forma prevista neste termo de referência.

3.4. Sem prejuízo da rede previamente cadastrada, fica facultado às CONTRATANTES solicitar o credenciamento de novos fornecedores sempre que necessário de modo a atender às necessidades da Administração.

3.5. O credenciamento de novos postos e oficinas, conforme a necessidade da CONTRATANTE deverá ser efetivada pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da solicitação.

3.7. Ministrará, às suas expensas, treinamento a todos os gestores e usuários envolvidos na utilização do sistema informatizado da solução proposta, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, a ser realizado nas instalações das Unidades Participantes

3.10. A CONTRATADA, no que couber, deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e portaria nº 564, de 02 de dezembro de 2010, da Procuradoria Geral do Trabalho.

5.1.2. Sempre que possível, a CONTRATADA deverá optar por alternativas que atendam critérios de sustentabilidade e de economia, em alinhamento com as diretrizes do Plano Logístico Sustentável 2019/2022 do Ministério Público do Trabalho e em consonância com os arts. 3º e 12, incs. III e VII, da Lei nº 8.666/93 c/c os arts. 2º, 4º, incs. I, III, VII e VIII, e art. 16 do Decreto Federal nº 7.746/12.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. O levantamento dos quantitativos teve por fundamento a média histórica, incorporando os exercícios de 2022, 2023, sendo excluído o exercício de 2021, pelo impacto da pandemia da COVID-19, considerando acréscimo de percentual de 25% de Termo Aditivo de 2024, com perspectiva de manter o consumo neste cenário, em razão do crescente consumo de combustíveis decorrente da maior utilização dos veículos, dentre outros, chegando-se aos seguintes valores previstos para execução:

TABELA 1 - Valor Total Consolidado					
Unidade	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Combustível Anual (A)	Peças Anual (B)	Serviços Anual (C)	Valor Total 12 meses D=(A+B+C)
PRT 21	Rio Grande do Norte	R\$ 61.600,00	R\$ 17.800,00	R\$ 15.000,00	R\$ 94.400,00
Valor Total					R\$ 94.400,00
Observação: A Vigência do contrato será de 12 meses. (ou 24 meses, num total de R\$ 188.800,00)					

4.2. No total geral, observa-se que aproximadamente 65% do valor do registro de preço se destinada ao abastecimento de veículos, e os outros 35% para manutenção de veículo, sendo parte para peças e outra para serviços.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A solução que ora se pretende é o gerenciamento integrado de frota via web, que consiste em uma empresa administradora de frota de veículos e possuidora de uma rede credenciada de oficinas e postos de abastecimentos, para possibilitar à PRT21ª, sempre que necessário, realizar o abastecimento e as



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 61/2025 DR/PRT21, de 29 de maio de 2025.

manutenções necessárias por intermédio cotações e autorizações para serviço utilizando-se de ambiente informatizado.

5.1.1. Este tipo de modelo de contratação está atualmente presente em uma grande parte da administração pública, visto o alto grau de eficiência na prestação dos serviços. Com o avanço das tecnologias, a terceirização, em âmbito público, tornou-se um importante instrumento utilizado pela Administração para reduzir ou suprimir a participação do Estado em atividades não-essenciais, admitidas pela legislação, visando a diminuição dos gastos públicos, a melhoria da qualidade e a maior eficiência da máquina administrativa, transferindo-se assim a terceiros a realização de tarefas para as quais a relação custo/benefício da execução interna não se mostra a mais vantajosa, seja do ponto de vista financeiro, de qualidade, ou mesmo de especialidade.

5.2. O sistema da administradora deve ser capaz de realizar o gerenciamento dos abastecimentos e da manutenção, com análise de quilometragem, consumo e controle detalhado dos serviços prestados e peças utilizadas, disponibilizando, em tempo real (online), via sistema informatizado (web), todos os dados financeiros e operacionais relativos a cada abastecimento e manutenção realizada, com a centralização da gestão do contrato pela contratante.

5.3. Nesta área de atuação encontram-se diversas empresas, tais como: Trivale Administração (ValeCard), TicketLog (Endenred), Prime Benefícios, Link Cartão de Benefícios, Neo Facilidades e Benefícios (Neo Consultoria e Administração de Benefícios EIRELI – ME), Goldi Serviços e Administração Ltda, Brasilcard (Vólus Gestão de Frotas), Brasal Combustíveis Ltda, Caravan Comércio Serviços e Distribuição Eireli, Grandiesel Serviços em Motores Ltda, NP3 Comércio e Serviços Ltda, Maria Cristina Perazza Tamborrino Importação e Exportação, Zippcard Gestão em Benefícios Eireli, dentre outras.

5.4. A par da solução encampada, há outras formas de atender às necessidades da Administração de manutenção e abastecimento de frota, contudo, não nos parece viável, a exemplo da contratação terceirizada de mão de obra para os serviços de manutenção dos veículos nas próprias sedes das unidades com compõem a PRT21ª, e aquisição das peças, sempre que necessárias, por meio de licitação. Quanto ao abastecimento, seria necessário a contratação individualizada de cada posto ou única rede de postos para o abastecimento em cada região.

5.5. Outra opção analisada reside na contratação de manutenção por intermédio de oficinas multimarcas locais através de licitação. Esta opção também esbarra na quantidade de municípios de atuação da PRT21ª e aqueles que estão longe dos grandes centros, com pouca tradição em participar como licitantes. Outro ponto negativo desse tipo de contratação é a quantidade de veículos a depender de apenas uma oficina e, também da necessidade de se ter uma rede credenciada em outros municípios.

5.6. Assim, a solução apontada pelo presente estudo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de frota para a manutenção preventiva e corretiva de veículos e abastecimento, de forma continuada, junto à rede de estabelecimentos (própria ou por credenciados), por meio de sistema informatizado, para atender os veículos das unidades da PRT21ª, utilizando-se apenas um contrato, posto que o serviço de abastecimento e manutenção de veículos encontra é prestado de forma corriqueira por um grande número de empresas, sendo tendência na administração pública, permitindo a melhor gestão da frota, além de otimizar, sobremaneira, os recursos humanos disponibilizados.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor estimado da contratação para período de 12 meses é de **R\$ 77.480,85**, contemplando o fornecimento de combustível, peças e serviços para a PRT21ª (ou 24 meses, num total de **R\$ 188.800,00**).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 61/2025 DR/PRT21, de 29 de maio de 2025.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução a ser contratada abrange a prestação do serviço de administração, gerenciamento de abastecimento e manutenção preventiva e corretiva de frota com implantação e operação de sistema informatizado, via internet, com tecnologia de pagamento online e real time, por meio de cartão, nas redes de estabelecimentos credenciados pela Contratada, localizados em todo o território nacional, para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, serviços, acessórios, reboque e componentes recomendados pelo fabricante de acordo com as características de cada veículo e equipamento que compõem a frota das unidades da Procuradoria Regional do Trabalho no Rio Grande do Norte.

7.2. Ademais, os serviços de gerenciamento de frota enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

7.3. O gerenciamento de frota trata-se de serviço comum de caráter continuado, de acordo com a IN 5/2017, art. 15, “os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”, pois não é eventual e não visa a suprir uma necessidade momentânea do Órgão. É atividade de custeio, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, podendo ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

7.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, sendo vedado qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8 – JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

8.1. A contratação pretendida abarca serviço de gerenciamento de frota abastecimento e manutenção preventiva e corretiva, serviços de borracharia, lavagem, lubrificação e guincho.

8.2. A escolha da solução conjunta é justamente pela dinâmica da prestação do serviço de administração da frota, levando em consideração as atividades das unidades da PRT21ª que requerem deslocamentos diários com uso dos veículos e, principalmente, a área de abrangência em todo território nacional, indo além da circunscrição de cada unidade no estado.

8.3. O parcelamento com a separação de peças em um item e serviço em outro, pode ocasionar paralização indesejável na manutenção, haja vista que se duas empresas diferentes ganharem cada item em separado (peça e serviço), tanto o gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, como o andamento da manutenção ficariam comprometidos e engessados, diferentemente do dinamismo e rapidez que uma solução integrada pode oferecer para as unidades da PRT21ª.

8.4. Além do mais, o agrupamento dos itens (peças e serviços) possibilita economia de escala e aumenta a concorrência, uma vez que a possibilidade de contrato com um valor mais significativo se torna mais atraente para as empresas do segmento.

8.5. Assim também, a separação do gerenciamento de abastecimento de combustíveis do de manutenções, em dois contratos distintos, não traria vantagens, ocasionando a perda da economia de escala, pois cada empresa de gerenciamento de frota disponível no mercado presta o pacote completo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 61/2025 DR/PRT21, de 29 de maio de 2025.

dos serviços (gerenciamento de abastecimento e manutenções), de modo que não se pode falar em restrição de competitividade ocasionada pela contratação agrupada dos serviços pretendidos.

8.6. Por fim, do ponto de vista operacional, várias empresas poderiam redundar na necessidade de utilização de vários sistemas de informação, havendo prejuízo na consolidação de dados para auxiliar a tomada de decisão, prejudicando, em consequência, a gestão da frota da PRT21ª

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Considerando-se que algumas unidades do Ministério Público do Trabalho, bem como a PRT21ª já possuem o serviço contratado, são esperados os seguintes resultados:

- * Otimização dos processos de gestão de frota, resultando em menor demanda de força de trabalho para fiscalização e gestão dos contratos relativos a abastecimento, manutenção preventiva e corretiva da frota da PRT21ª;
- * Adequação à tendência encampada pela administração Pública na prestação de serviços automotivos, além do abastecimento;
- * Manutenção e melhoria dos níveis de transparência de informação e gestão de frota;
- * Mitigar riscos de descontinuidade do contrato, na medida em que os serviços podem ser prestados por uma rede de prestadores de serviços credenciados à gestora;
- * Execução de serviços de maneira transparente, eficiente e sustentável.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. Não será necessária adequação do ambiente do órgão, visto tratar-se de serviço comum já existente na Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. Os possíveis impactos ambientais relevantes na execução do objeto contratado são os relativos principalmente à gestão dos resíduos sólidos e ao descarte correto do óleo contaminado utilizado em seu negócio, combustíveis e descarte de embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo, para os quais serão previstas obrigações a serem cumpridas pela futura contratada, com relação ao desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

11.2. A empresa contratada e seus funcionários deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão. Assim, cabe à mão-de-obra empregada, quando na execução dos serviços, no ambiente das credenciadas, seguir as diretrizes que são de adoção obrigatória para os servidores efetivos da unidade administrativa, observando, ainda, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e tecnologia da Informação, do ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

11.3. A contratada e credenciadas deverão adotar, o máximo possível, processos informatizados na relação com a contratante, visando reduzir a utilização de documentação em papel, de forma a contribuir com a redução do impacto ambiental.

11.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a credenciada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 61/2025 DR/PRT21, de 29 de maio de 2025.

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23 /06/2005, e legislação correlata; e

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

11.5. Quanto aos serviços de manutenção, somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante que se enquadrem no art. 2º Resolução nº 804, de 2019, atendendo aos seguintes requisitos:

a) que estejam previamente registrados na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

b) originados de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

c) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

d) classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP; e

e) que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

11.6. As credenciadas deverão providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

12 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

12.2. Justificativa da Viabilidade

12.2.1. A prestação de serviços de gestão de frota de maneira informatizada já é realidade no Ministério Público do Trabalho, estando, inclusive, em vigor o Contrato 01/2023 na PRT21 nos mesmos moldes desta proposta, guardando similitude também com a maioria das Regionais e da última contratação da Procuradoria Geral do Trabalho.

12.2.2. O que se pretende com a presente contratação é a continuidade da unificação dos serviços prestados em um único contrato, com ganho de escala e melhor aproveitamento dos recursos logísticos e de pessoal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
PORTARIA Nº 61/2025 DR/PRT21, de 29 de maio de 2025.

12.2.3. Observa-se que este mercado tem crescido, e que diversas unidades dentro do MPU também firmaram contratações semelhantes.

12.2.4. A presente contratação, em âmbito nacional, visa aumentar a atratividade da seleção do fornecedor, e está alinhada às modernas práticas de gestão, que visam, quando possível e tecnicamente viável, às contratações compartilhadas.

13. RESPONSÁVEIS

I. INTEGRANTE REQUISITANTE:

LAELSON DE MELO AZEDO FILHO – Divisão de Polícia/PRT21
ANTONIO JAEDSON MARQUES DA SILVA – Divisão de Polícia/PRT21
ANTONIO MAIA GONDIM JUNIOR – Secretário/PTM-MOSSORÓ

II. INTEGRANTES TÉCNICOS:

LAELSON DE MELO AZEDO FILHO – Divisão de Polícia/PRT21
ANTONIO JAEDSON MARQUES DA SILVA – Divisão de Polícia/PRT21

III. INTEGRANTES ADMINISTRATIVOS:

PATRÍCIA TARGINO DOS SANTOS – Diretoria Administrativa/PRT21
MICHELE SULAMITA DO AMARAL – Diretoria Administrativa/PRT21